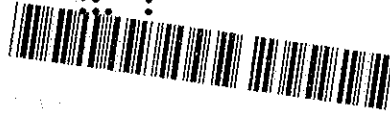


JUCESF
30 07 14

JUCESF PROTOCOLO
0.691.277/14-0



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM
GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM
ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ALUSA ENGENHARIA S.A.**

entre

ALUSA ENGENHARIA S.A.,

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Datado de
28 de julho de 2014

[Handwritten signatures]

ALUSA
30 07 14

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ALUSA ENGENHARIA S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado,

ALUSA ENGENHARIA S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1.855, Bloco I, 4º andar, CEP 04548-005, Vila Olímpia, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 58.580.465/0001-49, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na página de assinatura do presente instrumento ("Emissora" ou "Companhia");

e, de outro,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante da comunhão de titulares das debêntures da segunda emissão da Companhia, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na página de assinatura do presente instrumento ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

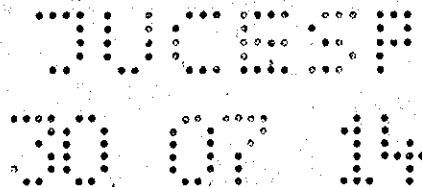
vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Alusa Engenharia S.A. ("Escritura"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÕES**

1.1. Autorização da Emissora

1.1.1. A presente Escritura é firmada com base na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 25 de julho de 2014, na qual foram deliberadas as condições da Emissão ("AGE"),



conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA II REQUISITOS

A segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, pela Emissora (respectivamente, "Emissão" ou "Oferta Restrita" e "Debêntures") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e Registro na Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos do artigo 6º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, por se tratar de oferta pública de distribuição de valores mobiliários com esforços restritos de colocação, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários").

2.1.2. A Emissão será registrada na Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), exclusivamente para fins de informar a base de dados, nos termos do Parágrafo 1º, inciso I, e do Parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, desde que expedidas as diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas na ANBIMA.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação da Ata da AGE

2.2.1. A ata da AGE será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário Comercial ("Jornais de Publicação"), nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Arquivamento da Escritura na JUCESP

2.3.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da presente Escritura e de seus eventuais Aditamentos, devidamente arquivados na JUCESP, após a data do efetivo arquivamento.

DUCESP
30 07 14

2.4. Constituição das Garantias Reais

2.4.1. As garantias definidas e descritas na Cláusula 3.8.1 abaixo serão devidamente constituídas mediante o registro do Contrato de Alienação Fiduciária e do Contrato de Cessão Fiduciária nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nos prazos previstos em tais contratos. Os documentos acima citados serão entregues ao Agente Fiduciário tempestivamente após os respectivos registros.

2.4.2. Além do registro do Contrato de Alienação Fiduciária, a Alienação Fiduciária de Ações será averbada no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia, observados o prazo e os termos do Contrato de Alienação Fiduciária.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação nos Mercados Primário e Secundário

2.5.1. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação, observado o disposto na Cláusula 2.5.2 abaixo, no mercado secundário por meio do Cetip21 – Títulos e Valores Mobiliários (“Cetip21”), também administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 (“Investidores Qualificados”), exceto se a Emissora obtiver o registro de que trata o artigo 21 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (i) a execução de serviços e obras de engenharia, tais como: construções civis, elétricas, hidráulicas, de telecomunicações e congêneres, por empreitada, sub-empreitada ou administração, e também montagens industriais e eletromecânicas; (ii) a prestação de serviços de fiscalização e consultoria, elaboração de projetos e estudos de viabilidade técnico-econômico-financeira, serviços de manutenção, de assistência técnica e serviços correlatos, dentro ou fora do território nacional; (iii) a constituição de consórcios com outras empresas, nacionais ou estrangeiras, para fins específicos de participação em concorrências públicas; (iv) a exportação e

JUL 97
30 07 14

importação; (v) prestação de serviços de limpeza pública, coleta domiciliar de resíduos, varrição de ruas e outros logradouros públicos, lavagem e desinfecção de feiras-livres, operação e administração de aterros sanitários, usinas de compostagem e/ou reciclagem de resíduos sólidos domiciliares; (vi) manutenção e conservação de áreas verdes e serviços correlatos; (vii) prestação de serviços de TV a cabo, MMDS e outros serviços de televisão por assinatura em geral; (viii) a operação e a manutenção de linhas de transmissão e subestações; (ix) a participação em outras sociedades; (x) comércio varejista de materiais e equipamentos de construção em geral; e (xi) serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas, incluindo planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura constitui a segunda emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, em regime de garantia firme de colocação para 34.000 (trinta e quatro mil) Debêntures e de melhores esforços de colocação para o montante de 6.000 (seis mil) Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores", sendo a instituição intermediária líder "Coordenador Líder"), nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Segunda Emissão da Alusa Engenharia S.A.", celebrado no âmbito da Oferta Restrita, entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"). A garantia firme será prestada de forma não solidária pelos Coordenadores.

3.5.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

WUOL
30 07 14

3.5.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados obrigatoriamente deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.2.2. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita.

3.5.2.3. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

3.5.2.4. A Emissora e os Coordenadores não realizarão a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.2.5. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (b) informar aos Coordenadores, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.5.3. No ato de subscrição das Debêntures, os Investidores Qualificados declararão, na forma do Contrato de Distribuição, estar cientes de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura.

3.5.4. Poderá ocorrer a distribuição parcial das Debêntures, sendo que as Debêntures que não forem efetivamente subscritas e integralizadas durante o prazo de colocação serão canceladas pela Emissora.

3.5.5. Na hipótese de distribuição parcial das Debêntures, nos termos da Cláusula 3.5.4. acima, a quantidade de Debêntures emitidas será retificada por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, para refletir a quantidade de Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante da Emissão ("Banco Liquidante") e o escriturador mandatário das Debêntures ("Escriturador Mandatário", sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário) é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº,

30 SEP
30 07 14

Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, CEP 06029-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12.

3.6.2. O Escriturador Mandatário será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures, dentre outras responsabilidades que lhe são atribuídas de acordo com as normas da CETIP.

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão utilizados pela Companhia, na seguinte ordem, para: (i) a constituição do Saldo Mínimo na Conta Reserva; (ii) o pagamento das Dívidas A da Companhia descritas no Anexo I; e (ii) havendo recursos remanescentes, o pagamento das Dívidas B da Companhia descritas no Anexo I, na ordem em que aparecem no referido Anexo I.

3.7.2. O pagamento das Dívidas A e, conforme aplicável, das Dívidas B será realizado com parte dos recursos da integralização das Debêntures depositados na Conta de Liquidação, em conformidade com o disposto na Cláusula 4.13.1 abaixo. A transferência desses recursos será realizada pelo Banco do Brasil S.A. ("Banco Depositário"), de acordo com as instruções do Agente Fiduciário e com o disposto no Contrato de Administração de Contas, a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Depositário ("Contrato de Administração de Contas").

3.8. Garantias Reais

3.8.1. As Debêntures terão como garantias reais:

(i) alienação fiduciária (a) da totalidade das ações de emissão da Emissora detidas pela Quatro Participações S.A. ("QuatroPar"), assim como todas as ações de emissão da Emissora que venham a ser detidas a qualquer título pela QuatroPar, inclusive em decorrência do exercício da opção de compra ou da opção de venda previstas no Instrumento Particular de Opção de Venda e Compra de Ações de Emissão da Alusa Engenharia S.A., celebrado entre Guarupart Participações Ltda. e QuatroPar, em 11 de março de 2014 ("Contrato de Opção"), e todos os bens, direitos (inclusive direitos de preferência e de subscrição), rendimentos e/ou valores a serem recebidos ou de qualquer outra forma a serem entregues ou pagos à QuatroPar em relação a essas ações, inclusive mediante a permuta, cessão, venda ou qualquer outra forma de alienação e/ou transferência destas ações, incluindo quaisquer bens, títulos ou valores mobiliários nos quais elas sejam convertidas; (b) de todos os direitos da QuatroPar nos termos do Contrato de Opção, incluindo, sem limitação, o direito de aquisição das ações de emissão da Emissora nos termos do referido Contrato de Opção; (c) de todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que, a partir desta data, venham a ser emitidos em razão de, mas não se limitando a, aumentos de capital, desdobramentos, grupamentos ou bonificações, ou que venham a substituir as ações alienadas, em razão do cancelamento destas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora; e (d) observado o disposto na Cláusula 7.10 do Contrato de Alienação Fiduciária, de todos os frutos, dividendos, lucros, rendimentos, direitos (inclusive de preferência e de subscrição de ações), juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores a serem recebidos ou de qualquer outra forma a serem distribuídos a

QUATROPAR
30 DE JULHO

QuatroPar mediante permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação das ações alienadas e quaisquer bens ou títulos nos quais as ações alienadas sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários), assim como todas as outras quantias a serem pagas em decorrência das ações alienadas, ou a elas relacionadas ("Alienação Fiduciária de Ações");

(ii) cessão fiduciária do direito de receber (a) todos e quaisquer créditos, existentes ou futuros, ou quaisquer montantes eventualmente devidos ou que venham a ser devidos à Emissora em decorrência do Contrato nº 0800.0045921.08.2 (antigo nº 8500.0000023.09.2) ("Contrato Cafor"), incluindo créditos decorrentes de eventuais aditamentos ao referido contrato que sejam celebrados a partir desta data; e (b) todos e quaisquer créditos, existentes ou futuros, ou quaisquer montantes eventualmente devidos ou que venham a ser devidos à Emissora em decorrência do Contrato 0858.0056936.10.2, excluídos créditos decorrentes de eventuais aditamentos ao referido contrato que sejam celebrados a partir desta data (sendo os contratos descritos neste item (ii) doravante designados "Contratos em Garantia A"). A cessão fiduciária dos Contratos em Garantia A referida neste item (ii) será condicionada à liberação da garantia já constituída sobre os Contratos em Garantia A no âmbito da primeira emissão de debêntures da Emissora;

(iii) cessão fiduciária do direito de receber (a) todos e quaisquer créditos, existentes ou futuros, ou quaisquer montantes eventualmente devidos ou que venham a ser devidos à Emissora em decorrência do Contrato de Execução de Obras Cíveis e Montagem Eletromecânica/Elétrica com Fornecimento de Materiais em Regime de Empreitada Parcial referente a instalações de Transmissão objeto do Contrato de Concessão Aneel nº 006/2012, incluindo créditos decorrentes de eventuais aditamentos ao referido contrato que sejam celebrados a partir desta data; (b) todos e quaisquer créditos, existentes ou futuros, ou quaisquer montantes eventualmente devidos ou que venham a ser devidos à Emissora em decorrência do Contrato de Empreitada Total de Construção Civil incluindo Prestação de Serviços de Elaboração de Projeto Básico, Projeto Executivo e de Estruturas Metálicas, Obras Cíveis, Montagem Eletromecânica, Apoio ao Comissionamento, com Fornecimento Parcial de Materiais, nº 006/2014, incluindo créditos decorrentes de eventuais aditamentos ao referido contrato que sejam celebrados a partir desta data; (c) todos e quaisquer créditos, existentes ou futuros, ou quaisquer montantes eventualmente devidos ou que venham a ser devidos à Emissora em decorrência do Contrato 0800.0087377.13.2 (antigo 8500.0000094.11-2) ("Contrato Enxofre"), excluídos créditos decorrentes de eventuais aditamentos ao referido contrato que sejam celebrados a partir desta data; e (d) todos e quaisquer créditos, existentes ou futuros, ou quaisquer montantes eventualmente devidos ou que venham a ser devidos à Emissora em decorrência do Contrato 0858.0066206.11.2, excluídos créditos decorrentes de eventuais aditamentos ao referido contrato que sejam celebrados a partir desta data (sendo os contratos descritos neste item (iii), doravante designados "Contratos em Garantia B" e, em conjunto com os Contratos em Garantia A, "Contratos em Garantia");

(iv) cessão fiduciária da totalidade dos direitos de titularidade da Emissora relacionados às seguintes contas detidas junto ao Banco Depositário, conforme descritas e definidas no Anexo II a esta Escritura (a) Conta de Liquidação; (b) Contas de Arrecadação A; (c) Contas de Arrecadação B (em conjunto com as Contas de Arrecadação A, as "Contas de Arrecadação"); (d) Conta Reserva; (e) Conta Reserva *Cash Sweep* Ordinário; e (f) Conta Reserva *Cash Sweep* Extraordinário (em conjunto com a

3.8.2

3.8.3

Conta de Liquidação, as Contas de Arrecadação, a Conta Reserva e a Conta Reserva *Cash Sweep* Ordinário, as "Contas Vinculadas"; observados os termos e condições estabelecidos no Contrato de Administração de Contas, incluindo, sem limitação, todos os ativos financeiros, títulos e valores mobiliários adquiridos ou subscritos e demais direitos relacionados aos rendimentos decorrentes do eventual investimento dos recursos depositados nas Contas Vinculadas; e

(v) na medida em que não abrangidos nos itens (ii) a (iv) acima, a cessão fiduciária de todos os rendimentos e produtos resultantes de cada um dos direitos mencionados nos itens (ii) a (iv) acima, incluindo juros, dividendos, prêmios, bônus, multas, indenizações e outras rendas, todos os extratos, certificados e instrumentos representativos ou comprobatórios dos respectivos direitos e quaisquer instrumentos financeiros relacionados e tudo quanto for recebido por cobranças, ou troca, venda ou disposição de tais direitos, em dinheiro ou não, e quaisquer outros montantes pagos ou pagáveis em relação a quaisquer dos anteriores e quaisquer documentos ou instrumentos relacionados (as cessões fiduciárias descritas neste item (v) e nos itens (ii), (iii) e (iv) acima, "Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios").

3.8.2. A Alienação Fiduciária de Ações será constituída nos termos do instrumento particular de alienação fiduciária de ações em garantia a ser celebrado entre QuatroPar, na qualidade de acionista da Emissora, e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures ("Contrato de Alienação Fiduciária"). A Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios será constituída nos termos do instrumento particular de cessão fiduciária de direitos em garantia, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária"). O Contrato de Alienação Fiduciária e o Contrato de Cessão Fiduciária são parte integrante, complementar e inseparável desta Emissão.

3.8.3. A Emissora se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que todos e quaisquer créditos, existentes ou futuros, devidos à Emissora no âmbito dos Contratos em Garantia A e dos Contratos em Garantia B, decorrentes ou não, de aditamentos aos referidos contratos, e independentemente de serem objeto ou não da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, sejam depositados nas Contas de Arrecadação A e nas Contas de Arrecadação B, respectivamente, observados os termos e condições do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Administração de Contas.

3.8.3.1. Se, não obstante o disposto na Cláusula 3.8.3 acima, a Emissora receber quaisquer valores decorrentes dos Contratos em Garantia, deverá mantê-los em fidúcia e como depositária em benefício dos Debenturistas, segregado de outros fundos, e, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado do seu recebimento, entregar tais montantes na forma recebida, com qualquer endosso necessário e adequadamente identificando suas origens, ao Agente Fiduciário, preferencialmente em uma das Contas de Arrecadação.

3.8.4. As Partes concordam que, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, o saldo a receber previsto para os Contratos em Garantia e cedido fiduciariamente em benefício dos Debenturistas deverá ser equivalente a, no mínimo, 100% (cem por cento) do saldo devedor das Debêntures

DUCE SP
30 07 14

deverá, mediante solicitação da Emissora, tomar as providências necessárias para liberação dos recursos excedentes no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado do recebimento da respectiva solicitação.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de Emissão das Debêntures será o dia 5 de agosto de 2014 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real.

4.1.4. **Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos desta Escritura, as Debêntures terão prazo de vencimento de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 5 de agosto de 2017 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo saldo do seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração de que trata a Cláusula 4.2 abaixo, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Integralização ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.5.1 **Atualização.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido por qualquer índice ou taxa.

4.1.6. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 40.000 (quarenta mil) Debêntures.

4.2. Remuneração

4.2.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros, denominadas "Taxa DI over extragrupo" ("Taxa DI"), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 4,10% (quatro inteiros e dez centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro*

700337
30 07 14

rata temporis, por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou, após a primeira Data de Amortização, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, desde a Data da Integralização ou Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (Fator \text{ de Juros} - 1)$$

sendo:

- (a) “J”: valor da Remuneração acumulada no período, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) “VNe”: Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, informado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (c) “Fator Juros”: fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator \text{ de Juros} = (FatorDI \times FatorSpread)$$

sendo:

- (a) “FatorDI” = produtório das Taxas DI *Over* desde a Data da Integralização ou Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de pagamento, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k);$$

sendo:

- (a) “n”: número total de Taxas DI *Over* utilizadas; e
- (b) “TDI_k”: Taxa DI *Over*, de ordem “k”, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada conforme a fórmula:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

sendo:

- (a) “DI_k”: Taxa DI *Over*, de ordem “k”, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

WUOL
30 07 14

- (b) “Fator Spread”: Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{Fator Spread} = \left[\left(\frac{\text{sobretaxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

sendo:

- (a) “Sobretaxa”: 4,1000 (quatro inteiros e dez centésimos)
- (b) “DP”: número de Dias Úteis entre a Data da Integralização ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo “DP” um número inteiro.

observado, ainda:

- (a) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ deve ser considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento, assim como seu produtório;
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório Fator DI com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (e) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.2.1.1 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI a quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.2.1.2, 4.2.1.3 e 4.2.1.4 abaixo.

30 07 14

4.2.1.2 No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar assembleia geral de Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas") (no modo e prazos estipulados na Cláusula IX desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração, observado o disposto na Cláusula 4.2.1.3 abaixo.

4.2.1.3 Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculadas *pro rata temporis*, a partir da Data da Integralização ou da Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, sem pagamento de prêmio. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas na Cláusula 4.2.1 e seguintes desta Escritura para fins de cálculo da Remuneração.

4.2.1.4 Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, exceto na hipótese de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo da Remuneração.

4.2.1.5 Para fins da presente Escritura, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais; e (ii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "Dia Útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

4.3. Pagamento da Remuneração

4.3.1. A Remuneração será paga pela Emissora aos Debenturistas em periodicidade trimestral, contada da Data de Emissão, ou seja, nos dias 5 de fevereiro, 5 de maio, 5 de agosto e 5 de novembro de cada ano (cada uma dessas datas, uma "Data do Pagamento da Remuneração"), sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 5 de novembro de 2014 e o último pagamento ocorrerá na Data de Vencimento.

WUOL
30 07 14

4.3.2. O valor correspondente à Remuneração a ser paga em cada trimestre deverá ser depositado pela Emissora na Conta Reserva *Cash Sweep* Ordinário até as 12h00 (doze horas) do Dia Útil anterior à respectiva Data do Pagamento da Remuneração. O valor estimado da Remuneração deverá ser informado pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de ao menos 5 (cinco) Dias Úteis antes da respectiva Data do Pagamento da Remuneração, por meio do envio do Relatório de Pagamento previsto na Cláusula 4.7.2 abaixo.

4.3.3. Caso a Emissora não realize o depósito do valor correspondente à Remuneração a ser paga dentro do prazo previsto na Cláusula 4.3.2 acima, o Agente Fiduciário, agindo como representante dos Debenturistas, poderá dispor dos valores depositados na Conta Reserva para fins de promover o pagamento da Remuneração devida da respectiva Data do Pagamento da Remuneração.

4.3.4. Nos casos em que os recursos da Conta Reserva forem utilizados para pagamento da Remuneração, a Emissora deverá reconstituir o Saldo Mínimo da Conta Reserva, em sua integralidade, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da respectiva Data do Pagamento da Remuneração, de acordo com o valor projetado para a próxima Remuneração, calculado conforme Cláusula 3.8.5 acima, sob pena de caracterização do Evento de Inadimplemento previsto no item (iv) da Cláusula 6.1 abaixo.

4.4. Amortização Regular do Valor Nominal Unitário

4.4.1. O Valor Nominal Unitário, ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será amortizado a partir do 6º (sexto) mês a contar da Data de Emissão, inclusive, nos meses de fevereiro e agosto, iniciando-se, portanto, em 5 de fevereiro de 2015, conforme datas e percentuais descritos na tabela abaixo (“Amortização Regular” e “Datas de Amortização”):

PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	PERCENTUAL CALCULADO SOBRE O SALDO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO
1ª	5 de fevereiro de 2015	16,6600%
2ª	5 de agosto de 2015	20,0000%
3ª	5 de fevereiro de 2016	25,0000%
4ª	5 de agosto de 2016	33,3333%
5ª	5 de fevereiro de 2017	50,0000%
6ª	5 de agosto de 2017	saldo

4.4.2. Sujeito aos termos do Contrato de Administração de Contas, o percentual de 5% (cinco por cento) de todos e quaisquer valores, inclusive multas e indenizações, que a Emissora venha a receber por força dos Contratos em Garantia listados no Anexo III (“Valores Futuros”) deverão ser retidos, a partir da Data de Emissão, nas respectivas Contas de Arrecadação e repassados diariamente à Conta Reserva *Cash Sweep* Ordinário, onde deverão permanecer retidos até a próxima Data de Amortização ou Data do Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Observados os procedimentos de amortização previstos na Cláusula 4.5 abaixo, os recursos depositados à Conta Reserva *Cash Sweep*

JUCESP
30 07 14

Ordinário serão utilizados para pagamento da respectiva Amortização Regular e, conforme o caso, pagamento da Amortização Parcial Ordinária Obrigatória (conforme abaixo definido).

4.4.2.1. Com relação ao Contrato Cafor, presumir-se-ão Valores Futuros todos e quaisquer valores depositados na respectiva Conta de Arrecadação até o limite de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais). Atingido esse limite, todos os demais valores depositados na Conta de Arrecadação presumir-se-ão Valores Passados, devendo receber o tratamento previsto na Cláusula 4.6 abaixo.

4.4.2.2. Com relação ao Contrato Enxofre: (i) presumir-se-ão Valores Futuros todos e quaisquer valores depositados na respectiva Conta de Arrecadação até o limite de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais); (ii) uma vez atingido o limite de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), todos e quaisquer valores depositados na Conta de Arrecadação presumir-se-ão Valores Passados até o limite de R\$83.000.000,00 (oitenta e três milhões), devendo tais valores receber o tratamento previsto na Cláusula 4.6 abaixo; e (iii) uma vez atingido o limite de R\$83.000.000,00 (oitenta e três milhões), todos os demais valores depositados na respectiva Conta de Arrecadação voltarão a ser presumidos como Valores Futuros, devendo receber o tratamento previsto nas Cláusulas 4.4.2 e 4.5.

4.4.3. O valor estimado da Amortização Regular deverá ser informado pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de ao menos 5 (cinco) Dias Úteis antes da respectiva Data de Amortização, por meio do envio do Relatório de Pagamento previsto na Cláusula 4.7.2 abaixo. Caso (i) os recursos retidos na Conta Reserva *Cash Sweep* Ordinário não sejam suficientes ao pagamento da parcela da Amortização Regular devida (desconsiderados os valores depositados na referida Conta Reserva *Cash Sweep* Ordinário para pagamento da Remuneração, nos termos da Cláusula 4.3.2 acima); ou (ii) não haja retenção de valores na Conta Reserva *Cash Sweep* Ordinário na forma da Cláusula 4.5.5 abaixo, a Emissora deverá, até as 12h00 (doze horas) do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Amortização, complementar o saldo da Conta Reserva *Cash Sweep* Ordinário em montante suficiente ao pagamento da respectiva parcela da Amortização Regular. Para esse fim, o Agente Fiduciário deverá enviar comunicação escrita à Emissora, com até 3 (três) Dias Úteis de antecedência com relação à Data de Amortização, informando o valor a ser depositado na Conta Reserva *Cash Sweep* Ordinário para fins de cumprimento do disposto nesta Cláusula.

4.4.4. Caso, seja verificado pelo Agente Fiduciário que haverá saldo remanescente na Conta Reserva *Cash Sweep* Ordinário após o pagamento da Amortização Regular, este saldo deverá permanecer bloqueado na referida conta, devendo ser utilizado na Amortização Regular seguinte e, a partir da 4ª (quarta) Data do Pagamento da Remuneração (inclusive), nas Amortizações Parciais Ordinárias Obrigatórias a serem realizadas em conformidade com a Cláusula 4.5 abaixo.

4.5. Amortização Parcial Ordinária Obrigatória

4.5.1. A partir da 4ª (quarta) Data do Pagamento da Remuneração (inclusive), o saldo dos recursos depositados na Conta Reserva *Cash Sweep* Ordinário deverá ser utilizado para a amortização parcial do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Parcial Ordinária Obrigatória"), sendo certo que a Amortização Parcial Ordinária Obrigatória deverá abranger proporcionalmente todas

WUOL
30 07 14

as Debêntures. As Amortizações Parciais Ordinárias Obrigatórias deverão ser realizadas pela Emissora em cada Data do Pagamento da Remuneração, observados os procedimentos previstos na Cláusula 4.7 abaixo e no Contrato de Administração de Contas.

4.5.2. Somente será utilizado para fins de Amortização Parcial Ordinária Obrigatória o saldo da Conta Reserva *Cash Sweep* Ordinário após a dedução (i) dos valores que tenham sido depositados pela Emissora para o pagamento da Remuneração; e (ii) nos casos em que a respectiva Data do Pagamento da Remuneração seja coincidente com uma Data de Amortização, dos valores a serem destinados ao pagamento da Amortização Regular, em conformidade com o disposto na Cláusula 4.4.2 acima.

4.5.3. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, se isentar da obrigação de realizar a Amortização Parcial Ordinária Obrigatória sempre que, em qualquer Data de Verificação (conforme abaixo definida), forem verificadas as seguintes condições: (i) seu índice de alavancagem, medido por Dívida Total sobre EBITDA, for menor ou igual a 1,5 (um inteiro e cinco décimos), conforme verificado pelo Agente Fiduciário nos termos do inciso (i), alíneas "a" e "b" da Cláusula 7.1 e do item (xxiv) da Cláusula 8.4 abaixo; e, cumulativamente, (ii) saldo dos Valores Futuros maior ou igual a 3 (três) vezes o saldo devedor das Debêntures na respectiva Data de Verificação, conforme comprovado por meio do último cronograma físico financeiro disponível de cada um dos Contratos em Garantia, observado que o saldo dos Valores Futuros referentes ao Contrato Cafor e ao Contrato Enxofre deverá considerar o previsto nas Cláusulas 4.4.2.1 e 4.4.2.2 acima.

4.5.3.1. Para fins de atendimento à condição prevista no item (ii) da Cláusula 4.5.3 acima, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, adicionalmente aos Contratos em Garantia, ceder fiduciariamente em benefício dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, direitos de crédito decorrentes de outros contratos dos quais seja parte, em garantia do cumprimento de suas obrigações nos termos das Debêntures e desta Escritura, observados os parâmetros estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária e o disposto na Cláusula 3.8.4.1 acima.

4.5.3.2. Para fins do disposto na Cláusula 4.5.3 acima, "Dívida Total" significa a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não-circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não-circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira a dívida onerosa da Emissora que venha a ser criada, e, ainda, o Saldo das Garantias.

4.5.3.3. Para fins desta Escritura, "Saldo das Garantias" significa todas as garantias prestadas pela Emissora em favor de terceiros e não consolidadas em suas demonstrações financeiras que excedam o valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), excetuando-se garantias para emissão de seguros/fianças necessárias ao desenvolvimento das atividades da Emissora e das sociedades em que detenha participação majoritária, observado que, em caso de utilização ou execução dos referidos seguros/fianças, as obrigações da Emissora decorrentes de tais seguros/fianças serão consideradas para fins de cálculo do Saldo das Garantias.

18

DUCESP
30 07 14

4.6.4. As Amortizações Parciais Extraordinárias Obrigatórias, deverão ser realizadas pela Emissora em cada Data do Pagamento da Remuneração a partir da 4ª (quarta) Data do Pagamento da Remuneração (inclusive), observados os prazos e procedimentos previstos no Contrato de Administração de Contas.

4.7. Procedimentos para Amortizações Parciais Obrigatórias

4.7.1. Por ocasião de qualquer Amortização Parcial Obrigatória, os Debenturistas farão jus ao pagamento da parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizada, acrescida da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Integralização ou Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do efetivo pagamento.

4.7.2. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis antes de cada Data de Amortização ou Data do Pagamento da Remuneração, memória de cálculo dos valores da Amortização Regular, da Amortização Parcial Ordinária Obrigatória, da Amortização Parcial Extraordinária Obrigatória e da Remuneração, conforme aplicável, de acordo com modelo constante do Anexo V a esta Escritura ("Relatório de Pagamento"), de modo a permitir que o Agente Fiduciário (i) valide o Relatório de Pagamento; (ii) instrua o Banco Depositário para que realize as transferências bancárias necessárias ao pagamento da Amortização Regular, das Amortizações Parciais Obrigatórias e a da Remuneração, observado o disposto no Contrato de Administração de Contas; e (iii) em até 2 (dois) Dias Úteis antes de cada Data de Amortização ou Data do Pagamento da Remuneração, envie cópia de tal Relatório de Pagamento aos Debenturistas.

4.7.3. Sem prejuízo do procedimento previsto nesta Cláusula 4.7, as Amortizações Parciais Obrigatórias de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP serão realizadas em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, sobre as Amortizações Parciais Obrigatórias com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data prevista para as Amortizações Parciais Obrigatórias, conforme o caso.

4.7.4. Os Debenturistas deverão ser comunicados pela Emissora sobre as Amortizações Parciais Obrigatórias com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data prevista para as Amortizações Parciais Obrigatórias, conforme o caso, na forma da Cláusula 4.15 ou mediante o envio de comunicação por escrito a cada Debenturista, com cópia para o Agente Fiduciário.

4.8. Local de Pagamento

4.8.1. Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) para as Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) por meio do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, conforme o caso.

WUOLAP
30 07 14

4.9. Prorrogação dos Prazos

4.9.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando os respectivos vencimentos coincidirem com um dia que não seja Dia Útil.

4.10. Encargos Moratórios e Multa

4.10.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a: (i) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.

4.11. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.11.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.10 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios ou multa no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.12. Preço de Subscrição

4.12.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas em uma única data ("Data da Integralização"), pelo seu Valor Nominal Unitário.

4.13. Forma de Subscrição e Integralização

4.13.1. A integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP. Os recursos da integralização das Debêntures deverão ser depositados pelos Coordenadores na conta nº 999.140-9, de titularidade da Emissora, mantida junto à agência 1911-9, do Banco Depositário, a qual será movimentável única e exclusivamente pelo Banco Depositário, de acordo com os termos desta Escritura e do Contrato de Administração de Contas ("Conta de Liquidação").

4.14. Repactuação

4.14.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

30.07.14

4.15. Publicidade

4.15.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores (<http://www.alusa.com.br>) ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. A Emissora poderá alterar os Jornais de Publicação após a Data de Emissão, desde que mediante o envio de comunicação prévia e por escrito ao Agente Fiduciário, na qual deverá informar o novo veículo a ser utilizado em suas publicações.

4.16. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.16.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato em nome do Debenturista emitido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.17. Imunidade de Debenturistas

4.17.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à Emissora, em até 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA V

RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

5.1. Resgate Antecipado Facultativo

5.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, a qualquer tempo a partir do 12º (décimo segundo) mês, exclusive, contado a partir da Data de Emissão, inclusive, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"), mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Integralização ou Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo; e (ii) de prêmio de resgate a ser calculado de acordo com a seguinte fórmula:

30.03.14

$$\text{Prêmio} = PU \times \frac{P \times (DD)}{(TDC)}$$

onde,

PU = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração calculada desde a última Data do Pagamento da Remuneração até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo;

P = 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento);

DD = número de dias contados a partir da data do resgate antecipado das Debêntures até a data de vencimento originalmente prevista para as Debêntures; e

TDC = número total de dias corridos desde o 12º (décimo segundo) mês, exclusive, contado da Data de Emissão até a Data de Vencimento originalmente prevista para as Debêntures.

5.1.2. O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer mediante o envio de comunicação individual a cada um dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou a publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas divulgada nos termos da Cláusula 4.15 desta Escritura (em qualquer caso, "Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo"), com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo ("Data do Resgate Antecipado Facultativo"). A Data do Resgate Antecipado Facultativo deverá corresponder, necessariamente, a um Dia Útil.

5.1.3. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Facultativo; e (b) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

5.1.4. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

5.1.5. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora sobre o Resgate Antecipado Facultativo com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data prevista para o Resgate Antecipado Facultativo.

5.1.6. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo serão obrigatoriamente canceladas.

5.2. Aquisição Facultativa

5.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, de acordo com o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela

30.07.14

Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 5.2, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA VI VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Observado o disposto nas Cláusulas 6.1.1 a 6.1.5 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Integralização ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e, se for o caso, dos encargos moratórios e multa, ao tomar ciência da ocorrência das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”):

- (i) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão;
- (ii) não cumprimento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures, desde que o referido descumprimento não seja sanado no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da respectiva data de vencimento, ficando a Emissora, independentemente do prazo aqui previsto, responsável pelo pagamento dos encargos moratórios e multas previstos na Cláusula 4.10 desta Escritura;
- (iii) descumprimento, pela Emissora, da obrigação de (a) atender a Proporção Mínima da Garantia, observado o prazo e condições para reforço da garantia previsto nas Cláusulas 3.8.4 e 3.8.4.1 e os termos do Contrato de Cessão Fiduciária; (b) complementar o saldo da Conta Reserva na forma e prazo previstos na Cláusula 3.8.5.1 ou o saldo da Conta Reserva *Cash Sweep* Ordinário, na forma e prazos previstos nas Cláusulas 4.3.2 e 4.4.3, observados os termos do Contrato de Administração de Contas; ou (c) entregar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado do seu recebimento pela Emissora, quaisquer valores decorrentes dos Contratos em Garantia que eventualmente não sejam pagos por seus respectivos devedores nas Contas de Arrecadação, em conformidade com o disposto na Cláusula 3.8.3.1 desta Escritura e no item (xviii) da Cláusula 6.1 do Contrato de Cessão Fiduciária, desde que, exclusivamente na hipótese desse item “(c)”, o descumprimento não seja sanado em um prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do respectivo descumprimento, e sendo certo, ainda, que o prazo de cura aqui previsto somente se aplica nos casos em que o descumprimento não tenha gerado o inadimplemento de obrigações pecuniárias da Emissora nos termos desta Escritura e das Debêntures;
- (iv) descumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações não pecuniárias relacionadas às Debêntures e estabelecidas nesta Escritura, no Contrato de Alienação Fiduciária, no Contrato de Cessão Fiduciária ou no Contrato de Administração de Contas, não sanadas no prazo de até 10 (dez)

QUATRO
30 07 14

Dias Úteis contados do referido descumprimento, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico nos termos dos respectivos instrumentos ou nos casos em que tal obrigação constitua qualquer outro Evento de Inadimplemento;

- (v) inadimplemento de quaisquer obrigações (pecuniárias ou não) assumidas pela Emissora ou por suas subsidiárias que representem dívidas e/ou obrigações pecuniárias em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), excetuadas as obrigações que, cumulativamente, (a) estejam previstas em contratos celebrados pela Emissora ou por suas subsidiárias com seus respectivos fornecedores; (b) estejam sendo questionadas pela Emissora ou por suas subsidiárias, conforme o caso, perante o Poder Judiciário; e (c) representem dívidas e/ou obrigações pecuniárias em valor individual inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou agregado inferior a 3% (três por cento) do patrimônio líquido da Emissora descrito nas suas demonstrações financeiras semestrais;
- (vi) declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações (pecuniárias ou não) previstas em contratos e obrigações assumidos pela Emissora ou por suas subsidiárias que representem dívidas e/ou obrigações pecuniárias em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (vii) ocorrência de alteração no bloco de controle direto ou indireto da Emissora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, excetuando-se, desde já, a alteração do controle ou no bloco de controle da Emissora que seja decorrente (a) do exercício da opção de compra ou da opção de venda previstas no Contrato de Opção; ou (b) de sucessão *causa mortis* de qualquer acionista direto ou indireto da Emissora que seja pessoa física; desde que, em qualquer dos casos previstos nos itens (a) e (b) acima, o novo detentor de ações de emissão da Companhia aliene fiduciariamente a totalidade de suas ações em benefício dos Debenturistas, por meio da celebração de aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária, substancialmente nos mesmos termos e condições do referido contrato;
- (viii) incorporação, fusão, cisão ou ocorrência de qualquer evento societário análogo envolvendo a Emissora, que não seja previamente aprovado por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (ix) não transferência da titularidade de ações ordinárias representativas de aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da Emissora à QuatroPar nos termos do Contrato de Opção, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da Data da Integralização, bem como o cancelamento, revogação, rescisão, extinção, inadimplemento ou modificação do Contrato de Opção antes da referida transferência de titularidade das ações para a QuatroPar;
- (x) protesto de títulos contra a Emissora ou qualquer de suas subsidiárias, ainda que na condição de garantidora, com valor unitário ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da data em que a Emissora tiver conhecimento do respectivo protesto, (a) a Emissora comprovar que o protesto foi efetuado por erro ou

30.03.14

má-fé de terceiros e tenha sido tomada a medida judicial adequada, que efetivamente resulte na anulação, cancelamento ou sustação de seus efeitos; (b) o protesto for cancelado, tiver seus efeitos sustados ou for anulado; (c) forem prestadas pela Emissora ou pela respectiva subsidiária e aceitas pelo Poder Judiciário garantias, em juízo, com relação às dívidas representadas pelos respectivos títulos protestados; ou (d) o montante protestado for devidamente pago pela Emissora ou pela subsidiária em questão;

(xi) descumprimento pela Emissora ou suas subsidiárias de quaisquer sentenças arbitrais definitivas ou sentenças judiciais transitadas em julgado, que contenham obrigação de pagamento da Emissora ou de suas subsidiárias, conforme o caso, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

(xii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência ou apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora ou suas subsidiárias;

(xiii) autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, contra a Emissora ou suas subsidiárias, de valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto: (a) se tais autuações forem contestadas no prazo legal; ou (b) se, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da data em que a Emissora tiver conhecimento da respectiva autuação, (x) a Emissora ou a respectiva subsidiária comprovar que a autuação foi efetuada por erro ou má-fé; ou (y) a autuação for cancelada;

(xiv) realização, por qualquer autoridade administrativa ou judicial, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir compulsoriamente e/ou tornar indisponível totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora ou de suas subsidiárias, exceto se tais medidas forem contestadas no prazo legal, ressalvados, ainda, os casos em que tais medidas forem intentadas contra as ações do capital social da Emissora ou de suas subsidiárias e/ou contra quaisquer dos recebíveis, bens e direitos dados em garantia à Emissão, com relação aos quais a exceção aqui prevista não se aplica;

(xv) cessão, venda, alienação ou qualquer forma de transferência de ativos e/ou contratos relevantes da Emissora, que (a) tenham sido dados em garantia à Emissão; ou (b) representem individualmente ou em conjunto 10% (dez por cento) dos ativos contabilizados pela Emissora no ativo permanente por seu custo de aquisição, nesse último caso, sem o prévio consentimento dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, excetuados, apenas com relação ao item (b) acima, (x) os ativos que sejam substituídos por ativos da mesma natureza, de qualidade igual ou superior, adquiridos pela Emissora; e (y) a alienação da aeronave Marca EMBRAER, Modelo EMB 505 – Phenom 300 VLJ 505, de propriedade da Emissora, para a ERG Projetos e Construções Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 19.820.810/0001-12, a qual fica desde já autorizada pelos Debenturistas;

30.07.14

(xvi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;

(xvii) não destinação dos recursos líquidos captados com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 3.7 acima;

(xviii) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;

(xix) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações por ela assumidas nesta Escritura, no Contrato de Alienação Fiduciária, no Contrato de Cessão Fiduciária e/ou no Contrato de Administração de Contas;

(xx) não cumprimento das obrigações previstas nos Contratos em Garantia, ocorrência de vencimento antecipado, cessão, transferência, promessa de cessão ou transferência, cancelamento, revogação, rescisão, extinção, modificação ou ocorrência de qualquer fato que importe (a) em término ou redução da Alienação Fiduciária de Ações e/ou da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; ou (b) em prejuízo do valor, validade, exequibilidade ou do fluxo de pagamento dos Contratos em Garantia, sem que haja, em qualquer caso, o reforço da garantia ou a prestação de nova garantia pela Emissora, aprovada previamente, quando necessário, por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

(xxi) renúncia ou atos similares que importem em renúncia, pela Emissora, (i) a quaisquer créditos ou direitos relacionados aos Valores Passados; ou (ii) aos demais créditos ou direitos relacionados aos Contratos em Garantia que representem montante individual ou agregado superior a 5% (cinco por cento) do valor total do respectivo Contrato em Garantia, sem o prévio consentimento dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

(xxii) criação de quaisquer ônus ou gravames sobre os bens e direitos dados em garantia nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária e do Contrato de Cessão Fiduciária;

(xxiii) não constituição, pela Emissora, de quaisquer das garantias previstas nesta Escritura, na forma e prazo estabelecidos nesta Escritura, no Contrato de Alienação Fiduciária e no Contrato de Cessão Fiduciária;

(xxiv) caso o Contrato de Alienação Fiduciária e/ou o Contrato de Cessão Fiduciária deixem, de qualquer forma, de ser válidos, vigentes e exequíveis em conformidade com seus termos e condições ou tenham sua validade, vigência ou exequibilidade questionada pela Emissora e/ou por qualquer dos acionistas da Emissora;

30.06.14

(xxv) resgate ou amortização de ações e/ou redução de capital pela Emissora, exceto se: (a) a redução de capital ocorrer para absorção de prejuízos; ou (b) for aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

(xxvi) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro sem a prévia anuência de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(xxvii) a celebração, pela Emissora e/ou por suas subsidiárias, de mútuos com partes relacionadas, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto mútuos (i) celebrados entre, de um lado, a Emissora e, de outro, sociedades em que a Emissora detenha participação ou consórcios dos quais a Emissora seja membro, e (ii) em valor individual ou agregado de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

(xxviii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora ou por suas subsidiárias e cuja obtenção seja de responsabilidade da Emissora ou de suas subsidiárias, conforme o caso, exceto se: (a) se tais medidas forem contestadas no prazo legal; (b) se no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da data em que a Emissora tiver conhecimento da respectiva medida, (x) a Emissora comprovar que a medida foi efetuada por erro ou má-fé de terceiros; ou (y) a medida for cancelada;

(xxix) não atendimento, pela Emissora, do índice financeiro mínimo relacionado a seguir ("Índice Financeiro Mínimo"), que será calculado com base nos valores consolidados da Emissora:

Dívida Financeira Líquida / EBITDA: (i) menor que 4,0 em 30 de junho de 2014; (ii) menor que 3,0 em 31 de dezembro de 2014; (iii) menor que 2,5 em 30 de junho de 2015; e (iv) menor que 2,0 a partir de 31 de dezembro de 2015.

Para os efeitos do disposto neste item (xix) e no item (xxx), aplicar-se-ão as seguintes definições:

"Dívida Financeira Líquida" significa (i) a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não-circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não-circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira a dívida onerosa da Emissora que venha a ser criada, e, ainda, o Saldo das Garantias; excluída a (ii) rubrica de disponibilidades e aplicações financeiras do ativo circulante, com base em valores extraídos das demonstrações financeiras auditadas da Emissora.

"EBITDA" significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, relativo aos últimos 12 (doze) meses, antes da contribuição social e imposto de renda, resultados financeiros, depreciação e amortização, com base em valores extraídos das demonstrações financeiras auditadas da Emissora.

TOC
30 07 14

(xxx) caso seja apurado em uma Data de Verificação, com base nas demonstrações financeiras anuais auditadas da Emissora, que, cumulativamente: (a) o EBITDA da Emissora, considerada individualmente, é inferior a 70% (setenta por cento) do EBITDA consolidado da Emissora; e (b) o Índice Financeiro Mínimo, calculado com relação à Emissora, com base nos valores da controladora isoladamente, é maior do que 2,5 (dois inteiros e cinco décimos)

6.1.1. A ocorrência dos eventos descritos nos itens (ii), (vi), (vii), (viii), (xii), (xvii), (xix), (xxii), (xxv), (xxvi) e (xxvii), acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

6.1.1.1. Exceto conforme previsto na Cláusula 6.1.1 acima, que acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, na ocorrência de quaisquer dos demais eventos indicados na Cláusula 6.1 desta Escritura, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro do prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para analisar e deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, e, se for o caso, sobre os atos a serem praticados pelo Agente Fiduciário para execução das garantias prestadas em favor dos Debenturistas, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula IX e o quórum específico estabelecido na Cláusula 6.1.2 abaixo.

6.1.2. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 6.1.1.1 anterior poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures mediante: (i) deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em relação a Eventos de Inadimplementos mencionados nos itens (iii), (xx), (xxix) e (xxx) da Cláusula 6.1; e (ii) deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em relação aos demais Eventos de Inadimplementos não mencionados no item (i) acima e na Cláusula 6.1.1 acima. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas, devidamente convocada, não seja instalada em primeira e em segunda convocação por falta de quorum para instalação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.1.3. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere à Cláusula 6.1.1.1 acima tenha como resultado a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, os Debenturistas deverão, nesta mesma Assembleia Geral de Debenturistas deliberar sobre os atos a serem praticados pelo Agente Fiduciário para fins de execução das garantias prestadas em favor dos Debenturistas, conforme aplicável, observado o disposto nas Cláusulas 8.5.1 e 8.5.2 abaixo.

6.1.4. Nos casos de vencimento antecipado automático das Debêntures na forma da Cláusula 6.1.1, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do referido vencimento antecipado automático, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para analisar e deliberar sobre os atos a serem praticados pelo Agente Fiduciário para execução das garantias prestadas em favor dos Debenturistas, conforme aplicável, observado o disposto nas Cláusulas 8.5.1 e 8.5.2 abaixo.

1000000000
30 07 14

6.1.5. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário, com cópia à CETIP, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Integralização, ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e, se for o caso, dos encargos moratórios e multa, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário.

CLÁUSULA VII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou em até 3 (três) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas pelo auditor independente contratado pela Emissora, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, contendo informação acerca do cumprimento ou não, pela Emissora, dos índices financeiros a ela aplicáveis, incluindo, sem limitação o Índice Financeiro Mínimo, acompanhadas (x) do relatório da administração e do parecer de auditores independentes; (y) do relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do Índice Financeiro Mínimo; e (z) de declaração assinada pelos representantes legais da Emissora, com poderes para tanto, na forma do seu estatuto social, atestando (1) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura; (2) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; (3) o cumprimento da obrigação de manutenção de órgão para atender aos Debenturistas ou de contratação de instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço, conforme o caso; (4) que os bens da Emissora foram mantidos devidamente segurados; e (5) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora ou ao auditor independente por ela contratado todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

(b) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre do exercício social, ou até 3 (três) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo

UNIBAN

30 DE JUL

semestre, revisadas pelo auditor independente contratado pela Emissora, contendo informação acerca do cumprimento ou não, pela Emissora, dos índices financeiros a ela aplicáveis, incluindo, sem limitação o Índice Financeiro Mínimo, e acompanhadas (x) do relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessário para a obtenção do Índice Financeiro Mínimo; e (y) de declaração assinada pelos representantes legais da Emissora, com poderes para tanto, na forma do seu estatuto social, atestando (1) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura; (2) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; (3) o cumprimento da obrigação de manutenção de órgão para atender aos Debenturistas ou de contratação de instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço, conforme o caso; (4) que os bens da Emissora foram mantidos devidamente segurados; e (5) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora ou ao auditor independente por ela contratado todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

- (c) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (d) os Avisos aos Debenturistas e atas de assembleias que de alguma forma envolvam interesses dos Debenturistas, em até 3 (três) Dias Úteis da data em que forem divulgados ao mercado;
- (e) cópia de qualquer notificação judicial recebida pela Emissora, em até 2 (dois) Dias Úteis após seu recebimento, que envolva obrigação da Emissora em valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (f) informações a respeito da ocorrência, ou iminência de ocorrência, de qualquer dos Eventos de Inadimplemento e/ou de ato ou fato que tenha resultado ou possa resultar em um Evento de Inadimplemento ou em um efeito adverso relevante sobre as Debêntures ou sobre as garantias prestadas em favor dos Debenturistas, imediatamente após a sua verificação. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário, com cópia aos Debenturistas, em até 3 (três) Dias Úteis da verificação da ocorrência ou iminência da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento;
- (g) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações

10:55:37
30 07 14

nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"); e

- (h) organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, além de todos os dados financeiros e atos societários que sejam necessários à realização do relatório mencionado no item (xv) da Cláusula 8.4.1 abaixo, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias contados da solicitação.
- (ii) sem prejuízo do envio do Relatório de Pagamento, enviar ao Agente Fiduciário, até o 10º (décimo) Dia Útil de cada mês, um relatório ("Relatório Mensal") contendo (a) fluxo de recebimento de cada um dos Contratos em Garantia, incluindo o saldo remanescente, a ser elaborado pela Emissora essencialmente na forma do Anexo VI; (b) cópias de todas as faturas e documentos de cobrança emitidos para recebimento de Valores Futuros e Valores Passados a partir da Data da Emissão; (c) cópias de todos e quaisquer aditamentos aos Contratos em Garantia celebrados pela Emissora a partir da Data da Emissão; e (d) informações sobre a existência de Valores Passados, bem como informações sobre o *status* das negociações mantidas com os respectivos devedores para recebimento de tais Valores Passados, incluindo data prevista para pagamento, valor atualizado a receber e data da última informação disponibilizada pela devedora;
- (iii) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da respectiva inadimplência;
- (iv) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que o Agente Fiduciário (ou auditor independente por este contratado às expensas da Emissora) realize auditoria extraordinária na Emissora, sendo que a respectiva solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (vi) convocar, nos termos das Cláusulas 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário tenha a obrigação de fazer tal convocação mas não a faça;
- (vii) cumprir com todas as determinações com o envio de documentos solicitados por aquela autarquia, bem como determinações emanadas da CETIP, do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, com o envio de documentos solicitados por aquelas entidades;

70059
30 07 14

- (viii) manter atualizados e em boa ordem os livros e registros societários;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) não praticar nenhum ato em desacordo com seu Estatuto Social ou com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (xi) notificar o Agente Fiduciário, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento do respectivo evento, sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias e nos negócios da Emissora e/ou de suas controladas que impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- (xii) tomar as medidas necessárias para:
 - (a) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais), alvarás e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios dentro do seu objeto social e das práticas comerciais usuais, mantendo o Agente Fiduciário informado de qualquer alteração relevante em sua preservação; e
 - (b) manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios, excetuando-se o desgaste normal de tais bens, mantendo o Agente Fiduciário informado de qualquer alteração relevante em tais bens;
- (xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures na CETIP;
- (xiv) manter seus ativos operacionais relevantes adequadamente segurados, conforme as melhores práticas correntes no mercado de atuação da Emissora;
- (xv) exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e judicial, cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens, incluindo, mas não se limitando à legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social;
- (xvi) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão de Debêntures estritamente conforme o descrito na Cláusula 3.7 acima, comprometendo-se ainda a não realizar qualquer ato ou tomar qualquer medida que afete ou impeça a utilização dos recursos para pagamento das Dívidas A e das Dívidas B, conforme aplicável;

10:55 P
30 07 14

(xvii) atender de forma eficiente às solicitações razoáveis e fundamentadas dos titulares das Debêntures e do Agente Fiduciário;

(xviii) tomar e fazer com que seus acionistas tomem tempestivamente todas as medidas necessárias para manter válidas e exequíveis todas as obrigações desta Escritura, das Debêntures, do Contrato de Alienação Fiduciária, do Contrato de Cessão Fiduciária e dos Contratos em Garantia;

(xix) atuar, e emendar seus melhores esforços para que seus acionistas atuem, de forma diligente na cobrança de todos e quaisquer valores devidos por força dos Contratos em Garantia;

(xx) informar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do respectivo evento, sobre a ocorrência ou possibilidade de ocorrência de rescisão, revogação, extinção, cessão ou qualquer forma de modificação ou inadimplemento dos Contratos em Garantia, ou, ainda, sobre qualquer ato ou ordem de autoridade judicial ou administrativa que seja relacionada aos bens e direitos objeto da Alienação Fiduciária de Ações ou da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que, por qualquer razão, possam fazer com que os Contratos em Garantia deixem de estar em pleno vigor e efeito, ou ainda, que possam afetar o valor, validade, vigência e exequibilidade da Alienação Fiduciária de Ações ou da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;

(xxi) cumprir com todas as obrigações previstas na Instrução CVM 476, em especial as estabelecidas em seu artigo 17, e demais normativos aplicáveis à Emissão, ou seja:

- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de três meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de três anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando tal fato em até 1 (um) Dia Útil ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e

70:59
30 07 14

- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.
- (xxii) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;
- (xxiii) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do Cetip21, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures; e
- (xxiv) disponibilizar, até a Data da Integralização, na rede mundial de computadores da Emissora, cópia das suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA VIII

AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

8.2. Declaração

8.2.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter nenhum impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (vi) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

WUOL
30 07 14

(vii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;

(viii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

(ix) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(x) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(xi) que verificará a regularidade da constituição das garantias reais previstas nesta Escritura e observará a manutenção da suficiência e exequibilidade das referidas garantias, de acordo do artigo 12, inciso IX, da Instrução CVM 28; e

(xii) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e

(xiii) que, na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante e com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação da Emissora ("1ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 10 de janeiro de 2016, em que foram emitidas 300 (trezentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na Data da Emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Emissora são garantidas por garantia fidejussória da Guarupart Participações Ltda., bem como por (a) cessão fiduciária de parcela dos direitos creditórios de titularidade da Emissora provenientes do Contrato ICI nº 0858.0056926.10.2; (b) por cessão fiduciária de direitos de titularidade da Emissora relacionados à conta nº 31411612-5, mantida junto ao Banco Depositário, conforme previsto na escritura de emissão; (c) cessão fiduciária de parcela dos direitos creditórios de titulares da Emissora provenientes do Contrato UCJ nº 0800.0045921.08-2 (antigo 8500.0000023.09-2); e (d) cessão fiduciária de direitos de titularidade da Emissora relacionados à conta nº 5.851-3, mantida junto ao Banco Depositário, conforme previsto na escritura de emissão.

8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do cargo de Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser

JUCESP
30 07 14

convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo Agente Fiduciário.

8.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

8.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

8.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual Aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até a sua efetiva substituição, conforme aplicável.

8.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por atos da CVM.

8.4. Deveres

8.4.1 Sem prejuízo de outros deveres previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

70059
30 07 14

- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (viii) verificar a regularidade da constituição das garantias reais previstas nesta Escritura, bem como o valor dos bens e direitos dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura, do Contrato de Alienação Fiduciária e do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (ix) examinar proposta de substituição de bens e direitos dados em garantia, quando a substituição estiver autorizada por esta Escritura, manifestando a sua expressa e justificada concordância ou discordância, conforme o caso, após aprovação pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme necessário;
- (x) intimar a Emissora a reforçar as garantias previstas nesta Escritura, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, nos termos desta Escritura, do Contrato de Alienação Fiduciária e do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, dos cartórios de protesto, das Juntas de Conciliação e Julgamento, das varas trabalhistas e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;

- dora ou integrante do
ciário, bem como os
ia ofertante; (2) valor

30.07.14

da emissão; (3) quantidade de debêntures emitidas; (4) espécie; (5) prazo de vencimento das debêntures; (6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e

(l) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

(xvi) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (xv) imediatamente anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(a) na sede da Emissora;

(b) no seu escritório;

(c) na CVM;

(d) na CETIP; e

(e) na sede dos Coordenadores.

(xvii) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 4.15 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (xiii) imediatamente anterior;

(xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste item, a Emissora, neste ato, e os Debenturistas, por meio da subscrição, integralização ou aquisição das Debêntures, expressamente autorizam o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a divulgar ao Agente Fiduciário, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como a relação dos Debenturistas;

(xix) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, do Contrato de Alienação Fiduciária e do Contrato de Cessão Fiduciária, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer e relativas ao Índice Financeiro Mínimo;

(xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do respectivo evento, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

(a) à CVM; e

70:55P
30 07 14

(b) à CETIP.

(xxi) disponibilizar, diariamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, em sua central de atendimento e/ou em seu *website* (<http://www.pentagonotrustee.com.br>);

(xxii) acompanhar com o Banco Liquidante, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura;

(xxiii) divulgar as informações referidas na alínea "k" do item (xv) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;

(xxiv) acompanhar o Índice Financeiro Mínimo semestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento das respectivas demonstrações financeiras consolidadas, observado o disposto nas Cláusulas 7.1(i)(a) e 7.1(i)(b) acima, sendo que a primeira verificação do Índice Financeiro Mínimo será realizada pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao primeiro semestre de 2014 (sendo cada data de verificação do Índice Financeiro Mínimo uma "Data de Verificação");

(xxv) acompanhar a Proporção Mínima da Garantia mensalmente, com base no Relatório Mensal enviado pela Emissora; e

(xxvi) informar aos Debenturistas a posição das garantias concedidas no âmbito da Emissão até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês.

8.5. Atribuições Específicas

8.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

(i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, nos termos da Cláusula 6.1 desta Escritura;

(ii) observados os termos e condições desta Escritura, do Contrato de Alienação Fiduciária e do Contrato de Cessão Fiduciária, executar a Alienação Fiduciária e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, aplicando o produto da execução na amortização ou liquidação integral das obrigações da Emissora assumidas nos termos das Debêntures e desta Escritura;

(iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

(iv) requerer a falência da Emissora; e

WUOLP
30 07 14

(v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iv) da Cláusula 8.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, ressalvado o disposto na Cláusula 6.1.2 acima, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (v) da Cláusula 8.5.1 acima.

8.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.5.4. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas, bem como os atos relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, conforme aplicável, somente serão válidos quando previamente deliberados pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

8.6. Remuneração do Agente Fiduciário

8.6.1. Será devida, pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, remuneração composta de parcelas anuais de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da Escritura e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes.

8.6.1.1. A remuneração prevista na Cláusula 8.6.1 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

8.6.1.2. As parcelas da remuneração referenciadas na Cláusula 8.6.1 acima serão atualizadas pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (“IGPM/FGV”), a partir da Data de Emissão, ou, na falta deste, ou ainda na

WUOL

30 07 14

impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

8.6.1.3. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito pela Emissora mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

8.6.1.4. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá restituir à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a Data do Pagamento da Remuneração até a data da efetiva substituição.

8.6.1.5. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

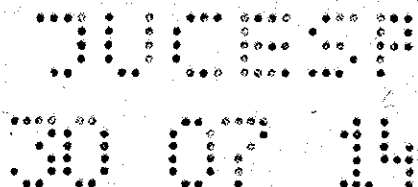
8.6.1.6. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora. As despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.6.2. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração mencionada na Cláusula 8.6.1 acima, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGPM/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.6.3. As parcelas da remuneração mencionada na Cláusula 8.6.1 acima serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS); (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda (IR) e a contribuição social sobre o lucro líquido, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.7. Despesas

8.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha,



comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

8.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em até 10 (dez) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante entrega de cópias dos comprovantes de pagamento.

8.7.3. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão;
- (iii) extração de certidões, despesas cartorárias, correios, fotocópias, digitalizações e envio de documentos, quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (iv) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação quando necessárias ao desempenho das funções;
- (v) despesas com especialistas, tais como assessoria legal aos Debenturistas em caso de vencimento antecipado das Debêntures, bem como depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra estes, no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; e
- (vi) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

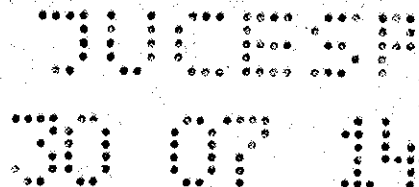
CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

9.1. Convocação

9.1.1. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 9.2.2 abaixo, ou pela CVM.

9.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de



imprensa nos quais a Emissora efetue suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, em um prazo de 8 (oito) dias, contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

9.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

9.1.5. Não será admitida na Assembleia Geral de Debenturistas a presença de quaisquer pessoas que não sejam parte desta Escritura ou que não comprovem sua condição de Debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados e registrados em cartório.

9.2. Quorum de Instalação

9.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 9.2.2 abaixo e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum, administradores ou conselheiros da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.

9.3. Quórum de Deliberação

9.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.3.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9.3.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.3.1 acima:

30.07.14

(xii) está em cumprimento com todas as obrigações pecuniárias previstas nos contratos financeiros celebrados pela Emissora;

(xiii) está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um efeito adverso relevante na capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura;

(xiv) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimentos sobre a Emissora e no que se refere às garantias prestadas pela Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;

(xv) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa da sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos investidores das Debêntures;

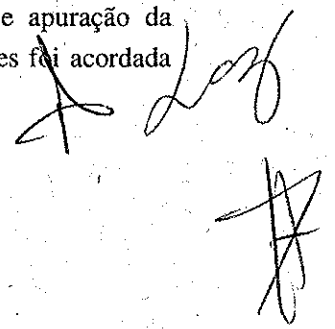
(xvi) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada de acordo com as leis brasileiras;

(xvii) cumpre o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, bem como a legislação trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais e/ou trabalhistas apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;

(xviii) não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;

(xix) tem conhecimento de que não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
e

(xx) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.



30.07.14

10.1.2. A Emissora se obriga, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas, devidamente comprovados (incluindo custos judiciais e honorários advocatícios razoáveis), diretamente incorridos pelos Debenturistas em razão da falsidade ou da incorreção de quaisquer das declarações prestadas acima.

10.1.3 A Emissora, na data de sua ciência, compromete-se a, em até 2 (dois) Dias Úteis, notificar o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso quaisquer das declarações aqui prestadas sejam falsas, incorretas, imprecisas ou incompletas na data em que foram prestadas, podendo ou não ter um efeito adverso relevante na capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura.

CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Alteração do Controle e da Denominação Social da Emissora

11.1.1. Os Investidores Qualificados que adquirirem Debêntures anuirão e concordarão automaticamente, mediante a subscrição das respectivas Debêntures, e independentemente de realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou de qualquer outra manifestação dos Debenturistas, com o exercício da opção de compra ou da opção de venda previstas no Contrato de Opção e consequente alteração do controle acionário da Companhia, bem como com a alteração da denominação social da Emissora, que deverá ser realizada após o exercício da opção de compra prevista no Contrato de Opção.

11.1.2. A anuência e concordância dos Debenturistas nos termos da Cláusula 11.1.1 acima autoriza o Agente Fiduciário e a Emissora a promoverem o eventual Aditamento da Escritura, conforme seja necessário para refletir a alteração do controle e da denominação social da Emissora.

11.2. Comunicações

11.2.1. Qualquer notificação, instrução ou comunicação a ser realizada entre as Partes em virtude desta Escritura deverá ser entregue pessoalmente, por correio, *courier* ou correio eletrônico, desde que, em qualquer hipótese, acompanhada de comprovante de recebimento, devendo ser endereçada a:

Para a Emissora:

ALUSA ENGENHARIA S.A.

Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1.855, Bloco I, 4º andar – Vila Olímpia
04548-005, São Paulo, SP

At.: Sr. Garibaldi Teixeira Filho

Tel.: (11) 2161-9900, ramal 9992

Fax: (11) 2161-9906

E-mail: garibaldi@alusa.com.br

30 de 14

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca
CEP 22640-102, Rio de Janeiro – RJ
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira
Telefone: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

BANCO BRADESCO S.A.
4010-0/Departamento de Ações e Custódia - Gestão Comercial e Produtos
Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara
06029-900, Osasco – São Paulo
At.: Srs. Fábio da Cruz Tomo / João Batista de Souza
Tel.: (11) 3684 2852 / (11) 3684 7911
Fax: (11) 3684 2714
E-mail: 4010.tomo@bradesco.com.br / 4010.jbsouza@bradesco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar – Jardim Paulistano
01452-001 - São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

11.2.2. As comunicações serão consideradas entregues (i) quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, nos endereços acima; e (ii) se enviadas por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

11.2.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais Partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

11.3. Renúncia

11.3.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da

30 07 14

Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4. Veracidade da Documentação

11.4.1. Para prestar os serviços aqui especificados e tomar as decisões necessárias com relação ao aqui disposto, o Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade com relação às deliberações societárias e/ou atos da administração ou qualquer outro documento ou registro da Emissora que considere autêntico e que lhe tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores. O Agente Fiduciário não será, ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

11.5. Independência das Disposições da Escritura e Interpretação dos Títulos das Cláusulas

11.5.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.6. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

11.6.1. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

11.7. Cômputo do Prazo

11.7.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

11.8. Custos de Registro

11.8.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários e dos instrumentos de garantia relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.9. Lei Aplicável

11.9.1 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

TUESP
30 07 14

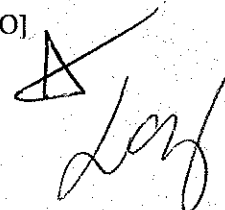
11.10. Foro

11.10.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, abaixo identificadas, que também o assinam.

São Paulo, 28 de julho de 2014.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Lanf', is written over a large, faint, diagonal watermark that spans the lower half of the page.

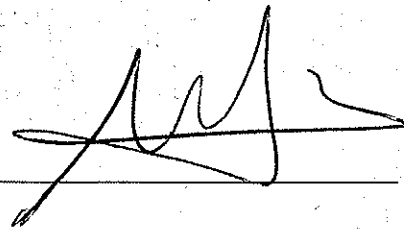
2014
07
30

(Página de Assinatura 1/2 do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Alusa Engenharia S/A, celebrado em 28 de julho de 2014).

ALUSA ENGENHARIA S.A.

Nome:

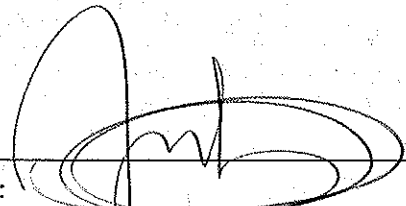
Cargo:



Cesar Luiz de Godoy Pereira
DIRETOR

Nome:

Cargo:



José Lázaro Alves Rodrigues
DIRETOR

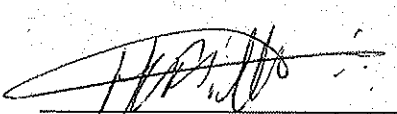
JUCESP
30 07 14

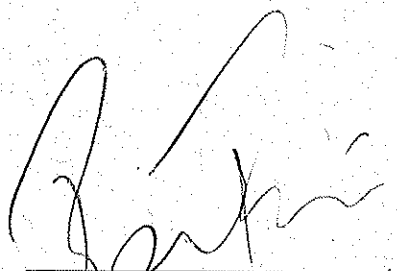
(Página de Assinatura 2/2 do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Alusa Engenharia S/A, celebrado em 28 julho de 2014)

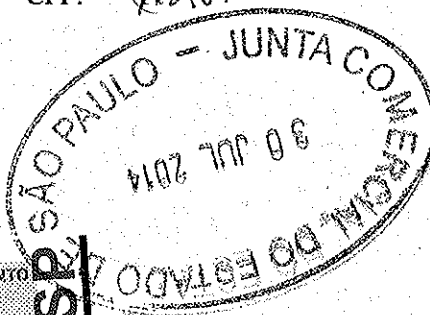
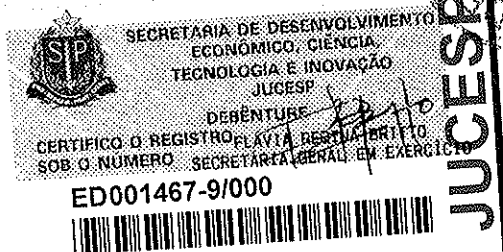
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: **Pedro Silva**
Cargo: **Procurador**

Testemunhas:


Nome: **Helio Carlos Rocco Filho**
CPF: **013.773.776-95**


Nome: **RONALDO PARISI**
CPF: **118.679.008-31**



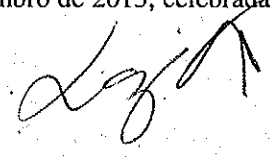
30 07 14

ANEXO I

DÍVIDAS A SEREM PAGAS COM OS RECURSOS DA EMISSÃO

DÍVIDAS A:

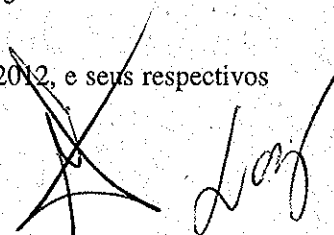
- (i) Debêntures da 1ª Emissão da Emissora;
- (ii) Cédula de Crédito Bancário – Mútuo nº 0003/14, emitida em 13 de janeiro de 2014, e seus respectivos aditamentos, celebrada entre Banco Pine S.A. e Alusa Engenharia S.A.;
- (iii) Cédula de Crédito Bancário – Mútuo nº 0010/14, emitida em 23 de janeiro de 2014, e seus respectivos aditamentos, celebrada entre Banco Pine S.A. e Alusa Engenharia S.A.;
- (iv) Cédula de Crédito Bancário – Mútuo nº 0051/14, emitida em 24 de março de 2014, e seus respectivos aditamentos, celebrada entre Banco Pine S.A. e Alusa Engenharia S.A.;
- (v) Cédula de Crédito Bancário – Mútuo nº 0242/13, emitida em 13 de setembro de 2013, e seus respectivos aditamentos, celebrada entre Banco Pine S.A. e Consórcio EBE – Alusa;
- (vi) Cédula de Crédito Bancário nº 270388912, emitidas em 20 de abril de 2012, e seus respectivos aditamentos, celebrada entre Banco Santander (Brasil) S.A. e Alusa Engenharia S.A.;
- (vii) Cédula de Crédito Bancário nº 270500312, emitida em 17 de maio de 2012, e seus respectivos aditamentos, celebrada entre Banco Santander (Brasil) S.A. e Alusa Engenharia S.A.;
- (viii) Cédula de Crédito Bancário nº 270539312, emitidas em 25 de maio de 2012, e seus respectivos aditamentos, celebrada entre Banco Santander (Brasil) S.A. e Alusa Engenharia S.A.;
- (ix) Cédula de Crédito Bancário nº 270539212, emitida em 25 de maio de 2012, e seus respectivos aditamentos, celebrada entre Banco Santander (Brasil) S.A. e Alusa Engenharia S.A.;
- (x) Cédula de Crédito Bancário nº 270631312, emitida em 20 de junho de 2012, e seus respectivos aditamentos, celebrada entre Banco Santander (Brasil) S.A. e Alusa Engenharia S.A.;
- (xi) Cédula de Crédito Bancário nº 191100327, emitida em 24 de abril de 2013, celebrada entre o Banco do Brasil S.A. e Alusa Engenharia S.A.;
- (xii) Cédula de Crédito Bancário nº 191100324, emitida em 16 de outubro de 2013, celebrada entre o Banco do Brasil S.A. e Alusa Engenharia S.A.; e
- (xiii) Cédula de Crédito Bancário nº 191100354, emitida em 20 de dezembro de 2013, celebrada entre o Banco do Brasil S.A. e Alusa Engenharia S.A.



VOTORANTIM
30 07 14

DÍVIDAS B

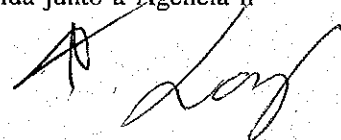
- (i) Cédula de Crédito Bancário nº 10143344, emitida em 11 de julho de 2012, e seus respectivos aditamentos, celebrada entre Banco Votorantim S.A. e Alusa Engenharia S.A.;
- (ii) Cédula de Crédito Bancário nº 10143661, emitida em 17 de julho de 2012, e seus respectivos aditamentos, celebrada entre Banco Votorantim S.A. e Alusa Engenharia S.A.;
- (iii) Cédula de Crédito Bancário nº 10143963, emitida em 26 de julho de 2012, e seus respectivos aditamentos, celebrada entre Banco Votorantim S.A. e Alusa Engenharia S.A.;
- (iv) Cédula de Crédito Bancário nº 10144110, emitida em 27 de julho de 2012, e seus respectivos aditamentos, celebrada entre Banco Votorantim S.A. e Alusa Engenharia S.A.;
- (v) Cédula de Crédito Bancário nº 10144454, emitida em 01 de agosto de 2012, e seus respectivos aditamentos, celebrada entre Banco Votorantim S.A. e Alusa Engenharia S.A.; e
- (vi) Cédula de Crédito Bancário nº 10143965, emitida em 26 de julho de 2012, e seus respectivos aditamentos, celebrada entre Banco Votorantim S.A. e Alusa Engenharia S.A.



30.07.14

ANEXO II
DESCRIÇÃO DAS CONTAS VINCULADAS

- (i) Conta de Liquidação: conta nº 999.140-9, mantida junto à Agência nº 1911-9 do Banco Depositário, de titularidade da Companhia;
- (ii) Conta Reserva: conta nº 999.141-7, mantida junto à Agência nº 1911-9 do Banco Depositário, de titularidade da Companhia;
- (iii) Contas de Arrecadação: (a) contas nº 31.411.612-5, 5.851-3, 999.121-2 e 999.122-0, mantidas junto à Agência nº 1911-9 do Banco Depositário, todas de titularidade da Companhia; (b) conta nº 999.123-9, mantida junto à Agência nº 1911-9 do Banco Depositário, de titularidade do Consórcio Alusa-MPE; e (c) conta nº 999.130-1, mantida junto à Agência nº 1911-9 do Banco Depositário, de titularidade do Consórcio Alusa-CBM;
- (iv) Conta Reserva Cash Sweep Ordinário: conta nº 999.142-5, mantida junto à Agência nº 1911-9 do Banco Depositário, de titularidade da Companhia; e
- (v) Conta Reserva Cash Sweep Extraordinário: conta nº 999.143-3, mantida junto à Agência nº 1911-9 do Banco Depositário, de titularidade da Companhia.



30 07 14

ANEXO III
CONTRATOS COM VALORES FUTUROS

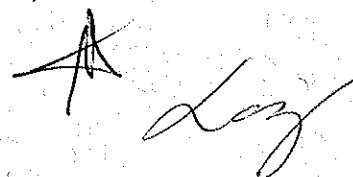
- (i) Contrato Enxofre: Contrato 0800.0087377.13.2 (antigo 8500.0000094.11-2), celebrado entre o Consórcio Alusa-CBM e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, em 17 de janeiro de 2011, conforme aditado de tempos em tempos;
- (ii) Contrato ETSE: Contrato de Execução de Obras Cíveis e Montagem Eletromecânica/Elétrica com Fornecimento de Materiais em Regime de Empreitada Parcial referente a instalações de Transmissão objeto do Contrato de Concessão Aneel nº 006/2012, celebrado entre a Companhia e a ETSE – Empresa de Transmissão Serrana S.A., em 17 de dezembro de 2012, conforme aditado de tempos em tempos;
- (iii) Contrato HCC/Comperj: Contrato 0858.0056936.10.2, celebrado entre a Companhia e Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, em 8 de março de 2010, conforme aditado de tempos em tempos;
- (iv) Contrato TNE: Contrato de Empreitada Total de Construção Civil incluindo Prestação de Serviços de Elaboração de Projeto Básico, Projeto Executivo e de Estruturas Metálicas, Obras Cíveis, Montagem Eletromecânica, Apoio ao Comissionamento, com Fornecimento Parcial de Materiais, nº 006/2014, celebrado entre a Companhia e a Transnorte Energia S.A., em 24 de junho de 2014, conforme aditado de tempos em tempos; e
- (v) Contrato Cafor: Contrato 0800.0045921.08.2 (antigo 8500.0000023.09.2), celebrado entre a Companhia e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, em 2 de dezembro de 2008, conforme aditado de tempos em tempos.



2008
30 07 14

ANEXO IV
CONTRATOS COM VALORES PASSADOS

- (i) Contrato Tanques: Contrato 0858.0066206.11.2, celebrado entre o Consórcio Alusa-MPE e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, em 29 de abril de 2011, conforme aditado de tempos em tempos;
- (ii) Contrato Enxofre: Contrato 0800.0087377.13.2 (antigo 8500.0000094.11-2), celebrado entre o Consórcio Alusa-CBM e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, em 17 de janeiro de 2011, conforme aditado de tempos em tempos; e
- (iii) Contrato Cafor: Contrato 0800.0045921.08.2 (antigo 8500.0000023.09.2), celebrado entre a Companhia e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, em 2 de dezembro de 2008, conforme aditado de tempos em tempos.



30.07.14

ANEXO V
RELATÓRIO DE PAGAMENTO

Período compreendido entre [Mês] / [Ano] a [Mês] / [Ano]	Total (R\$)
Amortização Regular	
Amortização Parcial Ordinária Obrigatória ¹	
Saldo Conta Reserva Cash Sweep Ordinário ²	
Remuneração	
Valor a Pagar (Principal+Remuneração)	
1. Reconciliação Amortização Parcial Ordinária Obrigatória	
(=) Saldo Conta Reserva <i>Cash Sweep</i> Ordinário (Início período)	
(+) Juros recebidos sobre Conta Reserva <i>Cash Sweep</i> Ordinário	
(+) Valor Futuro recebido do Contrato Cafor	
(+) Valor Futuro recebido do Contrato Enxofre	
(+) Valor Futuro recebido do Contrato HCC/Comperj	
(+) Valor Futuro recebido do Contrato TNE	
(+) Valor Futuro recebido do Contrato ETSE	
(+) Complementação para Amortização Regular (se aplicável)	
(-) Amortização Regular	
(-) Amortização Parcial Ordinária Obrigatória	
(=) Saldo Conta Reserva <i>Cash Sweep</i> Ordinário (Fim período)	
2. Reconciliação Amortização Parcial Extraordinária Obrigatória	
(=) Saldo Conta Reserva Cash Sweep Extraordinária (Início período)	
(+) Juros recebidos sobre Conta Reserva <i>Cash Sweep</i> Extraordinária	
(+) Valor Passado recebido do contrato Cafor	
(+) Valor Passado recebido do contrato Enxofre	
(+) Valor Passado recebido do contrato Tanques	
(-) Amortização Parcial Extraordinária Obrigatória	
(=) Saldo Conta Reserva Cash Sweep Extraordinária (Fim período)	

4

Loz

11

ANEXO VI
RELATÓRIO MENSAL

[Mês] / [Ano]				
Valores Futuros recebidos no período	Total (R\$)	Comentários		
Contrato Cafor				
Contrato Enxofre				
Contrato HCC/Comperj				
Contrato TNE				
Contrato ETSE				
Total				
Valores Passados recebidos no período	Total (R\$)	Comentários		
Contrato Cafor				
Contrato Enxofre				
Contrato Tanques				
Total				
Saldo a receber de Valor Futuro	Total (R\$)	Total atualizado (R\$)	Comentários	
Contrato Cafor				
Contrato Enxofre				
Contrato HCC/Comperj				
Contrato TNE				
Contrato ETSE				
Total				
Saldo a receber de Valor Passado	Total (R\$)	Total atualizado (R\$)	Status negociações	Data última atualização ¹
Contrato Cafor				
Contrato Enxofre				
Contrato Tanques				
Total				
[Mês] / [Ano] Previsão de Pagamento dos Valores Futuros dos Contratos em Garantia a Emissão				

¹ Atualização pela Devedora

Valores Futuros

Contrato Café									
Período de Medição	Até 06.14	07.14	08.14	09.14	10.14	11.14	12.14	...	06.17
Mês de Recebimento		08.14	09.14	10.14	11.14	12.14		...	07.17
Medição de Serviços									
Medição de Materiais									
Valores Mensais									
Valores Acumulados									
Contrato Enxofre									
Período de Medição	Até 06.14	07.14	08.14	09.14	10.14	11.14	12.14	...	06.17
Mês de Recebimento		08.14	09.14	10.14	11.14	12.14		...	07.17
Medição de Serviços									
Medição de Materiais									
Valores Mensais									
Valores Acumulados									
Contrato HCC/Comperj									
Período de Medição	Até 06.14	07.14	08.14	09.14	10.14	11.14	12.14	...	06.17
Mês de Recebimento		08.14	09.14	10.14	11.14	12.14		...	07.17
Medição de Serviços									
Medição de Materiais									
Valores Mensais									
Valores Acumulados									
Contrato TNE									
Período de Medição	Até 06.14	07.14	08.14	09.14	10.14	11.14	12.14	...	06.17
Mês de Recebimento		08.14	09.14	10.14	11.14	12.14		...	07.17
Medição de Serviços									
Medição de Materiais									
Valores Mensais									
Valores Acumulados									
Contrato ELSE									
Período de Medição	Até 06.14	07.14	08.14	09.14	10.14	11.14	12.14	...	06.17
Mês de Recebimento		08.14	09.14	10.14	11.14	12.14		...	07.17
Medição de Serviços									
Medição de Materiais									
Valores Mensais									
Valores Acumulados									

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]